

ss

CEDI - P. I. B.
DATA 31/12/86
COD. J1D00069

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI  
IVa. ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA  
CUIABÁ - 22-26/Julho/1981

RELATÓRIO DA ASSEMBLÉIA

1º DIA - 22 DE JULHO - NOITE

Dando início aos trabalhos da IVa. Assembléia Geral Ordinária, o Presidente do CIMI, D. José Gomes, deu as boas vindas aos presentes, lembrando que o principal motivo da escolha de Cuiabá para a Assembléia Geral foi a situação trágica dos Nambikwara, no Mato Grosso, para os quais o CIMI pode dar muito apoio.

A seguir o administrador apostólico de Cuiabá, D. Bonifácio Piccinini, saudou também a todos os participantes.

Depois das apresentações pessoais, foram apresentadas e aceitas as equipes de Coordenação e de Serviço, seguidas da composição do horário e da pauta, que segue:

- exposição dos relatórios
- definição do Regimento Interno
- Campanha da Fraternidade de 83
- Conselho Nacional de Leigos
- Autorizações/proibições da FUNAI
- expulsões de missionários do AC, LE, NE
- Nova Política da Terra (loteamentos, congelamentos, acordos etc)
- Projetos Econômicos
- repressão a lideranças indígenas
- organização dos índios (UNI, etc)
- Porantim

2º DIA - 23 DE JULHO - MANHÃ

Após a celebração litúrgica, procedeu-se a apresentação dos relatórios dos Regionais.

- TARDE

Os grupos de trabalho discutiram a proposta do Regimento Interno, e formularam alterações que seriam apresentados posteriormente ao plenário.

O Antropólogo Carlos Alberto introduziu a reflexão em grupo sobre os relatórios dos Regionais, sugerindo que se tentasse anali-

D

sar a questão indígena dentro de uma visão de totalidade, de conjunto, considerando todo o processo histórico com suas contradições e sua dialética, e a seguir que se tentasse já ir definindo algumas linhas de ação e táticas adequadas. Para tanto, os grupos trabalham com base nessas duas questões:

1º - Enumerar alguns pontos comuns que se destacaram durante a apresentação dos relatórios, e estudar um ou dois aprofundando um pouco suas causas (políticas, culturais, sociais, econômicas, religiosas...)

2º - Descobrir que avanços houve nestes dois anos e como se avançou (não tanto os aspectos de organização, mas especialmente as estratégias educativas que ajudaram).

RESPOSTAS DOS GRUPOS: Veja anexo 1.

Com a celebração eucarística encerram-se os trabalhos do dia, e à noite houve projeção de filmes sobre os Nambikwara e os Krenak, com palestras explicativas.

3º DIA - 24 DE JULHO - MANHÃ

Foram apresentadas as seguintes propostas de alteração da minuta do Regimento Interno:

EMENDAS:

Art. 2 (a ser discutido e votado)

- d) 1) nº máximo de delegados a critério da Diretoria Nacional.
- 2) Definir o nº máximo de delegados.
- 3) Que seja 6 delegados, no máximo, com suplentes.
- 4) Um por cada Circunscrição Eclesiástica "que tenha a presença de grupos indígenas".

§ único: ... outros membros.

Art. 3

§ 2 - Acrescentar:

O delegado dos Regionais têm tarefa intransferível. Não podem mandar substitutos. Por isso as Assembléias Regionais podem eleger suplentes. (aprovado)

§ 3 -

- 1 - Substituir voto declarado por voto secreto. (vetado)
- 2 - Que seja possível o voto secreto, mediante sugestão de um membro da Assembléia e aprovado por esta. (aprovado)

Art. 4.º - Eliminar o 3º § - (vetado)

§ 3º - Eliminar o 3º § - (vetado)

1 - Eliminar o 3º § - (vetado)

2 - Que, se incluía uma lista de presença dos votantes e escrutinadores que anotam os votantes. (aprovado)

ACRESCENTAR § 4º: (vetado)

1 - Para a Diretoria do CIMI só podem ser eleitos os membros do CIMI

\* - O nº de secretários é decidido pelo Presidente.

Art. 5:

1 - Eliminar o Art. 5 (vetado)

2 - Eliminar: "poderão inscrever-se..." (vetado)

3 - Inserir depois das palavras: "serem inscritos junto à mesa Coordenadora da Assembléia..." (vetado)

4 - Acrescentar depois das palavras: serem inscritos: "diante da Assembléia"... (aprovado)

Art. 7: Estudar: "... membros do CIMI atuantes em limites territoriais em várias secções." (vetado)

1 - Estudar: "... membros do CIMI atuantes em limites territoriais em várias secções." (vetado)

2 - Modificar para: "são membros das Secções Regionais todos os membros do CIMI referidos nas alíneas "a", "b" e "c" do Art. 4º do Estatuto. (aprovado)

Art. 8: De uma Assembléia por ano para: "uma Assembléia Regional no mínimo de 2 em 2 anos. (aprovado)

De uma Assembléia por ano para: "uma Assembléia Regional no mínimo de 2 em 2 anos. (aprovado)

§ 2º - ... de Gerais para Regionais. (vetado)

Art. 9: Acrescentar: "... nova eleição, devendo esta ser imediatamente convocada pela Diretoria do CIMI, vedada a recondução." (aprovado)

§ 2º -

1 - Eliminar (vetado)

2 - Acrescentar: "... nova eleição, devendo esta ser imediatamente convocada pela Diretoria do CIMI, vedada a recondução." (aprovado)

O Antropólogo Luiz Alberto fez uma suscinta análise baseada na exposição dos trabalhos dos grupos sobre a questão indígena. (Veja anexo 2)

TARDE

Pe. Bartolomeu Meliá introduziu o estudo do tema Educação:

- Devemos fazer uma ponte entre a realidade e o tema Educação.

A sociedade envolvente é uma sucuri que quer engulir o índio. O índio, como tal, não pode ser engulido, para sê-lo, precisa deixar de ser índio, porque a cobra não come índio. Há todo um processo de agressão que é contra a consciência étnica do índio, para deseducá-lo, transformá-lo em não-índio. Veremos agora o pensamento do índio a respeito de como foram tratados, em termos de educação. Eles vão expor como eles mesmos sentiram sua própria deseducação.

Daniel Matenho Cabixi apresentou o seu trabalho: "Educação Indígena" e a "Reflexão dos Índios Presentes na IVa. Assembléia do CIMI", que serviu como texto para discussão em grupo.

Marçal de Souza: o ensino aplicado até hoje é negativo, porque tem matado o que há de mais sagrado para nós, a nossa cultura. Se conservamos o que é nosso, o que é sagrado para nós, seremos um povo que vai ganhando aquela liberdade, vai caminhando na libertação. O que nós queremos é respeito pela cultura, é a conservação da nossa cultura.

Txywãeri Tapirapé - Lá na aldeia é assim, Luiz e Nice dão aulas. Ensinam com gravuras, com palavras em português e tapi rapé. Eu deixei de ir na escola porque tenho muita trabalho na roça. As mulheres vão, acho que precisam ir, mas elas também têm muito trabalho. A mulher no nosso costume, sempre canta e fala to da palavra nossa. Agora a gente canta e as mulheres tem vergonha, não sei porque.

Gerson Xerente - Eu venho ensinando e explicando para os nossos conservarem nossa lei. Irmã Silvia vem ajudando para nós não perder nosso costume, nossas comidas, caça e pesca. Eu sou novato como cacique, mas assim mesmo eles (os Xerentes) estão me dando apoio. Estão aqui nossos retratos, para provar que nós usa nosso costume antigo.

Fátima: Só esse texto apresentado (reflexão dos índios) talvez não tenha feito aflorar toda a riqueza e beleza do que eles disseram.

O mais importante a salientar do que foi dito é a necessidade de realizar um trabalho que vai além das lideranças, um trabalho cotidiano com todos. A preocupação deles é, a partir de agora, o que fazer? - "Como explicar para os irmãos parentes e patrícios o que está na nossa cabeça?"

Daniel Cabixi - A proposta chamada de curso é muito simples. A UNI, por exemplo, fez muito alarde com discussão sobre

estatuto, deixando de ir ao encontro do problema básico. Só burocrático! Sugiro 5 ou 6 lideranças, permanentes, liberadas, para promover encontro nas bases. Deve-se partir para outra fase, além das Assembléias Indígenas, com encontros anuais em vários lugares do Brasil. As Assembléias podem ficar muito repetitivas. Os cursos são propostas de trabalho de conscientização de fora, com referência a sociedade envolvente.

Nelson Xangre: Eu estou preocupado com os que falam sobre educação indígena, porque quando falam índios, não existe um grupo só. Dentro do ensino que a FUNAI dirige, tem índio mestiço que só quer falar português. Quem é índio, se queixa.

O que Marçal e Daniel falaram há tempo me preocupa, mas não quero falar, primeiro preciso conscientizar os índios lá. Se existe uma forma de envolver os índios, tem que ser feita. Às vezes a gente está afobado e as vezes vem só para falar. O que não gosto é de tratar um assunto e ficar sempre naquele assunto. A FUNAI às vezes fala, fala, mas fica sempre na mesma.

A seguir os grupos refletiram com base nessas duas questões:

- 1) Endossamos ou não a análise indígena da Educação dada aos índios?
- 2) Propostas de estratégias pedagógicas.

Resultado dos grupos: veja anexo 3.

NOITE

À noitr procedeu-se a uma breve avaliação do andamento da Assembléia quando o plenário levantou os seguintes pontos:

- o estudo do Regimento foi muito precipitado, passou-se muito rapidamente sobre as propostas, sem aprofundar. A saída precipitada do assessor prejudicou.
- esta avaliação também deveria estar sendo feita pelos índios, em separado.
- a participação dos índios poderia ter sido maior, participando da exposição e estudo dos relatórios, por exemplo.
- os subsídios para a Assembléia deveriam ter sido mandados antes.
- os relatórios deveriam ter sido estudados em pequenos grupos.
- o tema educação deveria ter sido focado desde o início nos relatórios.
- houve pouco tempo para a exposição dos relatórios.
- muitos participantes da Assembléia apenas visitam as aldeias, por isso estão longe da discussão do tema.
- pontualidade falha.
- houve fragmentação de assuntos e falta de debates.
- demora na parte jurídica.
- a discussão sobre o Regimento quebrou o ritmo da Assembléia.
- o tema em debate se restringiu à escolarização.
- pouco tempo para discussão em grupos sobre o tema educação.
- o relatório da reunião dos índios foi por demais resumido. A Fátima deveria fazer um relato mais detalhado.

PONTOS POSITIVOS LEVANTADOS:

- estamos caminhando para pistas mais concretas.
- a dinâmica está sendo boa.

Em seguida o Pe. Oscar Barreto apresentou um breve relato sobre a situação dos índios na Argentina. (veja anexo 4).

Houve referendun da Assembléia:

a) Conforme o Art. 8º, letra c:

Na escolha dos representantes dos Regionais na Diretoria do CIMI:

- Anselmo Alfredo Forneck (Acre)
- Mansueto Del Maso (Rondônia)
- Fábio Alves dos Santos (Nordeste)
- Fábio Martins Villas (Leste)

C7

- Ricardo Parente (Norte I)
- Tomás Lisboa (Mato Grosso)

b) Conforme o Art. 21, § único:

Na criação e divisão das secções Regionais:

- Regional Acre: Prelazia do Acre-Purus e Alto Juruá
- Regional Rondônia: Prelazias de Ji-Paraná, Porto Velho
- Regional NE: PE, PB, Al, SE, BA Norte
- Regional LE: MG, ES, RJ, BA Sul
- Regional Norte I: RR, Prelazias de Lábrea e Humaitá, Alto Solimões, Tefé, Borba, Parintins, Itaquatiara, Manaus.

Posteriormente tivemos uma palestra do Sociólogo Luiz Alberto - veja anexo 5.

4º DIA - 25/07/81 - MANHÃ

O Ir. Antônio Cechin introduziu os trabalhos do dia referindo-se ao caso de Ronda Alta, salientando que o movimento dos lavradores sem terra pode ser considerado como iniciado na ação e no exemplo dos índios de Nonoai.

A seguir o Pe. Bartolomeu Meliá apresentou um resumo das questões levantadas sobre educação - ver anexo 6.

D. Aldo:

- a) O ensino sistemático não está em nossas mãos, mas nas mãos do Governo. Isso é um impasse.
- b) Como proporcionar o ensino sem alterar o sistema cultural?

Rebeca: falamos muito em educação libertadora, destacando muito o conteúdo. Mas o método também é muito importante e precisa ser destacado. Precisamos ter muita humildade quando entramos numa outra cultura.

Vicente: Quantos missionários conhecem realmente a língua? Bem poucos! Isso é devido a mobilidade. Não se aprende a língua fazendo desobriga.

D. Pedro: há um aspecto novo, emergente da reflexão dos índios e o serviço de educação grupal, frente a sociedade agressora. Eles pedem que nós os ajudemos a educar o povo frente a sociedade. Querem formas de auto-defesa, sobrevivência.

Pe. Uchoa: Nós endossamos o documento dos índios, por outro lado nosso trabalho deveria visar a não desagregação do sistema familiar, das lideranças.

Roberto: na experiência com os Kulina, procuramos ter uma atitude fundamental de escuta. Nós somos deformados por nossa educação. A nossa luta é tentar nos encontrar de novo. A aldeia nos mostra outra educação: que forma, não deforma.

Mélia: faz uma pequena síntese das colocações anteriores. Esclareceu duas perguntas de D. Aldo e D. Osório - há um dualismo quanto à educação indígena: por um lado os índios querem um "ensino ocidental" e de outro tanto eles como nós queremos manter a sua cultura.

Daí, pergunta-se: É possível dar um ensino sem afetar esta cultura?

Exemplificou, então, da seguinte maneira: se numa aldeia usam machado de pedra e damos machado de ferro, isto muda a cultura? É necessário ver a graduação: machado de ferro, serra elétrica, trator, etc. O problema que se coloca é verificar se as graduações são nos núcleos ou nas periferias. Trata-se de um problema de cálculo de risco da História.

Outro problema foi no sentido dos programas obrigatórios de ensino sistemático. Se a educação sistemática visa o modelo tradicional ( primário, ginásio, universidade ) aí o trilho é muito estreito, pois nada mais é do que submissão à nossa cultura.

Silvio: Vê-se no meio dos Tukano escolas da FUNAI, onde há monitores indígenas. Estes sentem falta de apoio, pois chegam num determinado ponto onde não há mais respostas. Procuram apoio, mas até agora não receberam respostas aos seus anseios. Os pais não querem que os alunos falem português dentro da escola. Esta não permite que façam artesanato.

Haveria uma necessidade de ajudá-los nestas interrogações que eles tem, bem como uma presença mais efetiva.

D. Henrique: Existe dois problemas para a educação.

- respeitar a autenticidade entre eles, segundo suas tradições (p/ex. respeito ao mero) Tal fator não pode ser deixado de lado. Deveria também ser envolvido, no sentido de que tais autoridades aceitassem os índios monitores, pois caso contrário haveria uma desunião. Caso típico de Daniel, que não é aceito e tem que fazer um trabalho muito grande junto a seu povo.



Outro ponto é que devemos cuidar para que o núcleo central não seja afetado (p. ex. religião) a fim de que não crie problemas.

Não basta aprender a língua, mas também a cultura de cada povo. Enquanto o núcleo central estiver firme, não haverá choques ou conflitos.

Na evangelização levar em conta a cultura, porém não podemos canonizá-la, pois nenhuma cultura é completa e algumas coisas precisam ser corrigidas. Ex.: os Maias se auto-destruíram pelos caprichos dos sacerdotes com sacrifícios humanos. O Evangelho nos leva a corrigir estas falhas.

Capucci: Não podemos discutir educação indígena, pois não a conhecemos, é necessário ter uma vivência entre eles, para um conhecimento de sua própria Educação.

Outro fato. Pedir escola não significa nos moldes tradicionais. A Educação para os indígenas é também uma necessidade para eles, no sentido de conhecerem seus direitos.

Esta Assembléia não pode ter a pretensão de querer resolver o problema de educação, mas sim encontrar pistas.

O CIMI deveria ter uma assessoria de especialista em educação, que tenha um conhecimento da realidade indígena, contando com a presença de 4 ou 5 índios na equipe.

TOMÁS: Gostaria de valorizar o trabalho que os índios estão fazendo. No 1º e 2º pontos do documento de reflexão, eles afirmam que a educação dada pelos brancos e missionários destruiu muito de seus valores. Atualmente não aceitam mais tal coisa e exigem novos métodos (vide folha Doc. Reflexão dos Índios - Educação).

Afirmam ainda que há necessidade de um maior contato com as lideranças e nas aldeias, a fim de que, possam discutir o tipo de escola adequado para cada realidade.

O fato da gente dominar a língua pode significar um elemento de dominação. Importa sim caracterizar bem a vida do povo.

É melhor parar com estes modelos de escolas existentes, pois os índios são altamente educados e devemos fornecer-lhes apenas aquilo que eles estão pedindo, para se defenderem do nosso mundo.

Pe. Patrício: Devemos ser uma presença constante na aldeia, juntamente com eles. Eles mesmo se educam. A escola é apenas um pretexto. Eles tiram os bancos, como dizia Roberto, e, fazem as reuniões deles. Isto para eles é escola. Um modo de se defenderem da nossa agressão.

É importante que ao fornecer outros elementos estranhos à sua cultura, estes não prejudiquem ou mudem a mesma.

O mais importante é defender a terra deles.

Wilmar: A nossa missão é educação. Toda nossa missão se resume nisso. Se trabalhar para o reino de Deus não é construir o Homem Novo, então não sei o que estamos fazendo. Se tolhemos a liberdade, o livre arbítrio não estamos educando ou evangelizando.

Educação é um processo mútuo e não simplesmente despejar coisas na cabeça do outro, assim catecismo, doutrina não é educação.

Todo processo de educação que leva o índio a esquecer sua cultura, é anti-cristão, assim como levar para eles o individualismo, materialismo, etc.

Muitos criticam os missionários, o CIMI, que só cuidam da parte material e quando eles vão para as aldeias, a primeira coisa que fazem é interferir na economia das mesmas.

Falar na questão da terra é muito sagrado e isto não é materialismo. Se nós cremos que a cultura indígena é sagrada também para nós, como é para eles, podemos então, trabalhar com os índios.

Assim, vamos até eles, para caminhar com eles, para que nos eduquemos com eles. Acredito que é com eles que eu posso libertar-me.

Se nós assumimos esta atitude de caminhar com eles, eliminamos as propostas milagrosas vindas de fora.

Para esta caminhada é fundamental que o missionário reveja a sua identidade de missionário; entenda que ele não é índio e nunca o será e não supervalorize o índio.

Para que o missionário tenha convicção de seu lugar é necessário conhecimento antropológico, saber a língua não basta. Precisa ter conhecimento da cultura, de uma pedagogia libertadora.

Havia mais um inscrito (Renato) que renunciou o uso da palavra devido ao tempo.

Em seguida foi lida por Dom Mário uma carta desta Assembléia, elaborada por Dom Henrique e Dom Mário, que será enviada à C.N.B.B., solicitando que a CF/83, de acordo com a sugestão aprovada pela última Assembléia dos Bispos em Itaici, tendo como tema central o índio, seja aprovada.

Após a leitura houve a divisão dos grupos por Regionais: Acre, Rondônia; N1; N2; MA/GO; NE/LE; MT/OPAN; SUL/MS.

Pe. Meliá explicou que cada grupo seria uma pequena comissão de Redação, preparando propostas para um texto final que esta Assembléia aprovaria, sobre as linhas de ação na Educação Indígena. Deveria levar em conta três (3) pontos:

- Propostas para Educação Sistemática
- Propostas para Educação assistemática
- Justificação das propostas.

Posteriormente uma outra comissão, eleita pela Assembléia, fará a redação final.

Foi solicitado a Dom José, como Presidente do CIMI e Dom Milton que fossem cumprimentar dois deputados: Dante de Oliveira e Carlos Bezerra, que sempre apoiaram a causa indígena e que aqui vieram para, mais uma vez hipotecar a sua solidariedade.

Redação final do texto de Educação Indígena veja Anexo nº 8.

No início da tarde foram apresentados ao plenário, relatórios dos grupos de trabalho, contendo as propostas que originaram a redação final do documento sobre educação, elaborado por uma comissão especial. ( veja anexo 8 )

Posteriormente a Coordenação sugeriu que se suprimisse o painel, devido a falta de tempo, passando-se à discussão dos problemas com a FUNAI, expulsão de missionários, etc.

A seguir desenvolveu-se o plenário, com ampla participação

Nelo: Eu tenho uma proposta de ordem: proponho que seja escolhido um grupo, com representantes de situações bem diferenciadas quanto ao relacionamento com a FUNAI, que esse grupo discuta e apresente propostas para serem debatidas em plenário.

Hamilton: Essa comissão não teria poder de decidir pela Assembléia, o resultado a que chegasse deveria ser submetido ao plenário. Eu acho que nós apenas iríamos adiar um plenário que pode ser realizado agora.

Paulo: Submeto à votação: continuamos a Assembléia ou formamos uma comissão e interrompemos agora o plenário?

O Plenário decidiu continuar.

D. Aldo: Sobre as autorizações, em Roraima eu decidi entrar nas áreas sem autorização. E sobre os conflitos, lá nós usamos duas táticas: o diálogo e a força; também tivemos diálogo com a comunidade. A solução de grandes problemas, como a demarcação das terras por exemplo, não está nas nossas mãos, está a cargo da FUNAI e nós devemos convencê-la a fazê-lo.

Lourivaldo: Agradeço em nome da GTME pelo convite para participarmos da Assembléia. Estamos juntos nessa luta.

D. Pedro: Em primeiro lugar deveríamos firmar bem em nós uma rejeição estrutural frente à FUNAI. A FUNAI não é ninguém devemos rejeitar o sistema que está aí. Essa rejeição deve ser constante. É claro que dentro da rejeição estrutural cabe um jogo de cintura, estratégia local conjuntural. Em segundo lugar estou preocupado com o relacionamento do Governo com a CNBB. Acho que a Assembléia que é o momento culminante do CIMI deveria pedir à CNBB

que reafirmasse isso que já é sabido, mas deve ser dito novamente que realmente o CIMI é o órgão oficial missionário indigenista da Igreja Católica, pelo menos.

A respeito do diálogo - D. Aldo conhece nossas divergências - eu tenho um pouco de medo, porque o diálogo entre cúpulas, entre poderes obriga os grupos interessados a esperar e a sofrer meses e anos a repressão. A FUNAI sabe dialogar muito bem e não tem pressa. A própria Diretoria do CIMI poderia levar à CNEB oficialmente um pedido da Assembléia.

Paulo: Precisamos nomear uma comissão que redija as linhas de ação para os próximos dois anos.

A Assembléia foi dividida em pequenos grupos de três pessoas para que rapidamente discutissem e apresentassem propostas de linhas de ação.

Os grupos apresentam os resultados:

- Que se reafirme as linhas e pistas das Assembléias anteriores para que tenhamos continuidade. Uma linha de ação foi quanto a educação. O CIMI como um órgão a serviço da causa indígena, sente que esta causa está sob o signo de uma nova repressão, e por outro lado está sob o signo de uma consciência, e devemos apoiar esses povos nesse particular.
- Devemos dar ênfase ao problema da terra e da repressão que sofremos dia a dia.
- Devemos levar em conta o documento dos Bispos de Itaici.
- Dar apoio aos missionários através de assessoria jurídica e na formação pedagógica.
- Colocar ênfase na situação dramática dos Nambikwára.

D. Mário leu a carta interessada à CNBB. Essa carta é uma sugestão da Assembléia para que se coloque "o índio" como tema para a campanha da fraternidade em 1983. (veja anexo 9)

5º DIA - 25/07/81 - MANHÃ

Após a celebração litúrgica foi apresentada a nota à imprensa publicada pela ABA e à Comissão pró-índio denunciando o surto de epidemias na área de Roraima.

A Assembléia decidiu enviar, através do Presidente do CIMI, telegramas ao Ministro do Interior e ao Presidente da República, cujo texto segue:

"Alarmada dramática situação epidemias índios Yanonami, Macuxi, Waini-Atroari, com numerosas mortes, Assembléa Nacional CIMI, reunida Cuiabá, juntamente outros organismos apoio Causa Indígena, lamenta gravíssima negligência FUNAI e exige Governo Federal imediatas eficazes providências.

Pela Assembléa

José Gomes

Bispo Presidente Nacional CIMI

Cuiabá, 26 Julho 1981"

A seguir foi apresentada proposta para o Art. 2, letra D do Regimento:

- 1º - um de cada Circunscrição Eclesiástica, sendo um número mínimo de 5 delegados por Secção. Vetado 12 votos
- 2º - Um de cada Circunscrição Eclesiástica, sendo um número de 5 e um máximo de 10 delegados por Secção. Vetado 6 votos
- 3º - Sendo um mínimo de 5 e um máximo de 10 por cada Secção Regional. Aprovado 37 votos

Pe. Bartolomeu Meliá apresentou a proposta do documento final sobre educação indígena, que com algumas modificações, foi a provado. Veja anexo 8

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI

IVa. ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

CUIABÁ - 22 à 26/julho/1981.

REFLEXÃO DOS ÍNDIOS PRESENTES NA IVa. ASSEMBLÉIA DO CIMI  
- EDUCAÇÃO -

---

A forma como se pretende aplicar o sistema de ensino tem sido negativa para o índio, tanto pelas instituições religiosas, como pelos órgãos oficiais ou particulares.

I - Condenamos a educação pretendida pelas instituições religiosas porque ela tem servido como forma de destruição dos costumes, da religião indígena, servindo como argumento de "catequização" dos índios.

II - Condenamos a educação pretendida pelos órgãos oficiais e particulares, porque elas destróem a cultura indígena.

III - A educação indígena não tem sido levada em conta. As escolas têm servido como instrumento de distanciamento entre pais e filhos. Os filhos passam a respeitar mais os professores do que os próprios pais.

\*\*\*\*\*

Como se pretende a educação:

I - É necessário como instrumento para compreender a sociedade envolvente que nos oprime.

II - E também como instrumento para exigir os nossos direitos.

\*\*\*\*\*

PROPOSTAS: I - Promover cursos em áreas específicas do Brasil, assessorados por uma liderança indígena permanente de 5 ou 6 líderes, a nível nacional.

II - Realização de ensino bilingue. Promover cursos para formação de professores bilingues e lideranças indígenas. Nas aldeias onde já existe professor bilingue indígena, respeitá-lo e ajudá-lo na conscientização da importância do seu papel.

D

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI  
IVa. ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA  
CUIABÁ - 22 a 26 de Julho de 1981

AVALIAÇÃO DA ASSEMBLÉIA

Os grupos se reuniram e apresentaram a seguinte avaliação, contendo pontos positivos e negativos, sugestões e expectativas:

1 - PONTOS POSITIVOS: foi boa a preparação e organização da Assembléia e eficiente o trabalho da Secretaria. Foi boa também, a dinâmica e encaminhamento do Plenário, com a participação de todos inclusive com um grande número de pessoas da base. O número de Bispos presentes e sua participação no trabalho, também deve ser ressaltado, bem como a representatividade regional. Os serviços litúrgicos e de recreação foram bons; a imprensa não atrapalhou. Consideramos importante a participação dos índios e positivo o relacionamento desses com o CIMI, e do CIMI com a CNBB. Houve bastante equilíbrio e maturidade durante as discussões, principalmente na elaboração do documento "Linhas de Ação", que refletiu o pensamento da Assembléia. Ressaltamos a assessoria do Luiz Alberto. E de modo geral, é reconfortante saber que de Norte a Sul tem gente na mesma caminhada. Descobrimos também - com satisfação - que o CIMI tem espiritualidade.

2 - PONTOS NEGATIVOS: a Assembléia deu demasiada importância ao tema "repressão". Foi falha a participação dos índios no levantamento dos problemas enfrentados nas áreas indígenas (relatórios). Foi escasso o tempo dedicado às discussões em grupo. Sentimos necessidade da representatividade de outros trabalhos missionários. Foi negativa a saída de participantes antes do término da Assembléia, principalmente a do Assessor Jurídico. Achamos artificial a "reza" dos índios, durante a missa (na Capela onde se realizou a Assembléia). Houve relaxamento no cumprimento dos horários.

3 - SUGESTÕES: Insistir na representação das Missões, da CPT e CPO. Aproveitar melhor a assessoria e insistir na presença dos Bispos. Enviar o material a tempo. Dedicar mais tempo à discussão dos relatórios, principalmente das áreas de conflito. A próxima Assembléia deve ser em lugar onde há conflito, e realizada



antes ou depois de Itaici. Devemos aprofundar o tema "Educação".  
Ter mais tempo de lazer.

4 - EXPECTATIVAS: De maior participação dos Bispos. De aumento de  
pessoas trabalhando pela Causa Indígena, apesar  
da repressão. De avanço na organização dos índios. De que seja a-  
provada a Campanha da Fraternidade para 1983, com o tema sugerido  
pela Assembléia.

Acervo  
ISA  
3  
18

COMUNICADO DA IV ASSEMBLÉIA NACIONAL DO CIMI - CUIABÁ, MT - Julho de 1981

O CIMI (Conselho Indigenista Missionário) acaba de realizar sua IV Assembléia Nacional, em Cuiabá, MT, de 22 a 26 de Julho de 1981.

Participaram da Assembléia delegados, católicos e evangélicos, 13 Bispos e 13 representantes de diferentes Povos Indígenas do Brasil. Faltaram, entre estes, os três representantes do Povo Kadiwéu - atualmente em grave situação de terra - que foram sequestrados a caminho pela FUNAI e Polícia Federal, em Campo Grande.

A Assembléia se realizou em Cuiabá, para expressarmos, com nossa presença nesta região Centro-Oeste, a profunda solidariedade do CIMI com o Povo Nambikwara, em risco iminente de extermínio.

Durante a Assembléia fizemos levantamento da realidade das Comunidades Indígenas de todo o Brasil. Constatamos o agravamento dessa realidade, pela indefinição protelada da demarcação das terras indígenas e pela última política da FUNAI, a serviço do Sistema dominante.

POLÍTICA DO CHEQUE E DO TERROR

Esta política - do cheque e do terror - vem se caracterizando por repetidos gestos de corrupção de lideranças indígenas; por uma premeditada estratégia de projetos econômicos, que destroem estruturalmente a organização social das Comunidades Indígenas; por atos de "enancipação de fato" e por uma crescente repressão sobre índios, missionários e outros aliados da Causa Indígena.

Comprovamos, entretanto, o avanço da consciência crítica, a retomada de terras e a vontade de organização de muitas Comunidades Indígenas; a multiplicação de agentes missionários indigenistas, sobretudo jovens; e um maior compromisso de várias Igrejas particulares frente à causa Indígena, na linha eclesialmente oficial do CIMI como também a generosa persistência de certos organismos de apoio à Causa. Na medida em que os meios "grandes" da Comunicação Social se negam a dar cobertura ao sofrimento e à voz dos Povos Indígenas, surge, no país, uma nova cobertura lúcida e fraterna nas bases populares e nos meios culturais.

D

INDIGENIZAR A EDUCAÇÃO

Durante a Assembléia estudamos a EDUCAÇÃO INDÍGENA. Revisamos nossas atitudes e procedimentos didáticos e revalorizamos, na cultura peculiar de cada Povo Indígena, a função insubstituível de seus agentes e recursos próprios de Educação. Mais uma vez afirmamos o valor substancial da língua indígena para a sobrevivência desses Povos, como também a linguagem indigenista com que nós devemos nos relacionar com eles.

Dentro desta revisão do nosso trabalho na Educação Indígena, sistematizada e assistematizada, a Assembléia se compromete, principalmente, a respeitar o sistema de Educação, próprio de cada Comunidade Indígena e a possibilitar contatos e encontros que ajudem os vários Grupos Indígenas a se relacionarem, de modo crítico, com a Sociedade envolvente.

ANÚNCIO E DENÚNCIA DA IGREJA MISSIONÁRIA

Com o novo respaldo dado ao CIMI pela CNBB, em sua última Assembléia Nacional de Itaici, em Fevereiro de 1981, reassumimos as linhas de ação de nossas Assembléias Nacionais anteriores, na Encarnação evangelizadora e na defesa da Terra, Cultura e Autodeterminação indígenas.

Comprometemo-nos, como um todo orgânico eclesial, no serviço evangelizador desses Povos, ameaçados pela cobiça e o desrespeito de nossa Civilização pretensamente cristã. Queremos conviver com eles, no despojamento e na comunhão, seguindo Aquêle que se despojou e encarnou, pobre entre os pobres, perseguido e libertador entre os oprimidos.

Ante a opinião pública, nacional e internacional - e mais particularmente dentro da caninhada, mártir e libertadora de nossa América - queremos reafirmar o direito sagrado das Comunidades Indígenas a serem povos diferentes - alternativa exemplar para nós - e verdadeiras nações, com identidade inalienável. A palavra de João Paulo II, em seu marcante encontro com os índios em Manaus, nos confirma nesta opção.

Denunciamos, mais uma vez, o contumaz adiamento na demarcação da maior parte das áreas indígenas e, particularmente, do Parque Yanomani, em Roraima e das reservas dos Krikati, no Maranhão, dos Gorotire, no Pará, dos Kadiwéu, no Mato Grosso do Sul, dos Potiguara, na Paraíba e dos Apurinã, no Amazonas.

Denunciamos também a gravíssima negligência da FUNAI frente aos surtos e epidemias que vêm dizimando, com frequência, Comunidades Indígenas, como nesses dias acontece com os Yanomani, Macuxi e Waimiri-Atroari.

Frente aos poderes do dinheiro e da repressão, nós acreditamos na força do Espírito de Jesus, o Ressuscitado, que definiu sua missão como um serviço à Vida: "Eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância" (João, 10,10). Por isso acreditamos também que O ÍNDIO secularmente condenado à morte, pelos sucessivos impérios invasores, é AQUELE QUE DEVE VIVER.

Cuiabá, 26 de Julho de 1981

Mato Grosso

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI  
IV ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA  
CUIABÁ - 22 a 26 de JULHO DE 1981

DOCUMENTO FINAL

- LINHAS DE AÇÃO -

1 - Em Cuiabá, centro de uma região de martírio e luta de muitos povos indígenas, realizou-se de 22 a 26 de julho de 1981, a 4a. Assembléia Geral do Conselho Indigenista Missionário. Esta Assembléia quis ser um sinal imediato de comunhão com a dor e a agonia do povo Nambikuara, ao mesmo tempo que conclama todos os cristãos e pessoas de boa vontade para participarmos na luta pela sobrevivência deste povo irmão.

Nós, missionários e índios de todas as regiões do Brasil, avaliamos nossas atividades, colocamos em comum o que está acontecendo nas áreas indígenas e traçamos as seguintes linhas de ação:

2 - Reafirmamos e assumimos de novo o fato de sermos um serviço missionário da Igreja de Deus, junto aos índios e, através deles, junto a todos os cristãos. Neste sentido nos sentimos reanimados e fortalecidos pelo apoio que nos foi dado pela CNBB na sua Assembléia Geral de fevereiro de 1981 em Itaiaci.

3 - Lembremo-nos das linhas de ação traçadas por nossas Assembléias anteriores. Os problemas, propostas e aspirações dos índios nos levam permanentemente a repensá-las e aprofundá-las. Verificamos, assim, que não somente estas Linhas de Ação continuam válidas e necessárias, mas no momento atual do país, se tornam mais urgentes.

4 - EVANGELIZAÇÃO E EDUCAÇÃO

Nesta Assembléia tratamos dos assuntos mais diversos da realidade atual dos povos indígenas e da nossa missão junto a eles. Estudamos a questão da Educação Indígena e tudo o que lhe é ligado. Encaramos isso na perspectiva da luta pelo Reino de Deus. Este Reino é a Boa Nova, a qual nós todos consagramos nossas vidas. Ele está presente e atuante na caminhada dos povos indígenas.

Com nossos irmãos índios aqui presentes, rezamos e nos deixamos conduzir por eles na oração. Testemunhamos o conhecimento profundo e a experiência viva que eles têm do Deus Salvador.

Certos de que estão associados ao Mistério Pascal de Jesus Cristo, do modo que só Deus conhece (Cfr. Gaudium et Spes nº 22) o CIMI intensifica sua missão junto a eles como missão de serviço e apoio, não só às lideranças, mas às comunidades, enquanto tais.

Nesta missão o CIMI agradece a Deus o fato de que o seu trabalho está sendo assumido numa dimensão ecumênica pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e tende a se tornar um serviço missionário de várias Igrejas Cristãs.

## 5 - EDUCAÇÃO INDÍGENA

### 5.1. EDUCAÇÃO E POVO INDÍGENA

- "Um povo mal educado não é povo".

A Assembléia Nacional do CIMI assume esta afirmação de um índio da nação Guarani, como um desafio no trabalho missionário.

- Os povos indígenas do Brasil são povos agredidos e ameaçados no seu modo de viver. Reconhecemos que o sistema de ensino aplicado aos índios, inclusive pelas instituições religiosas missionárias, contribuiu para a destruição dos costumes, cultura e religião desses povos como um todo. Foi instrumento de deseducação.

- Frente a essa situação de agressão e ameaça de destruição, os povos indígenas mostraram recentemente avanços significativos em sua consciência de povos. Estes avanços se dão, de fato, pela manutenção e recuperação do próprio sistema de educação, como afirmação e dinamização da consciência e da cultura indígena, e que se converteu em instrumento privilegiado de defesa contra a agressão. Também em muitos casos se deve ao aproveitamento crítico de alguns instrumentos educativos da sociedade envolvente.

### 5.2. PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA

- O índio tem direito de educar e ser educado na própria cultura. Isto significa que devemos respeitar não somente a língua mas também a linguagem como forma de comunicação global.

- Deve-se valorizar a função dos educadores naturais (pais, dirigentes religiosos, chefes, velhos) e confiar nos canais tradicionais de comunicação tipicamente comunitários, que se mostram até hoje adequados meios de educação tanto formal como informal.

## 6 - AGENTES MISSIONÁRIOS E EDUCAÇÃO LIBERTADORA

A pedido dos povos indígenas, que sentem a necessidade de se educar mais conscientemente frente aos problemas da sociedade envolvente, os agentes missionários se dispõem a ajudá-los e a acompanhá-los neste processo educativo. Esta tarefa é parte integrante da missão.

O missionário sabe que, sobretudo em se tratando de educação indígena, na da poderá ser feito, sem ele mesmo ser educado nos modos e métodos da educação indígena.

Para o mesmo fim, devem ser levados a sério os estudos lingüísticos, antropológicos e políticos, que definem com realismo a situação indígena atual.

O CIMI a nível nacional e/ou regional criará condições a fim de proporcionar uma assessoria pedagógica aos missionários, inclusive com estágios junto a pessoas que têm experiência neste campo.

É importante, quando se trata de educação indígena, marcar uma presença perseverante e contínua junto aos povos.

Os povos indígenas cuja sobrevivência física e cultural estão seriamente ameaçadas merecem preocupação prioritária por parte do CIMI, já que requerem agentes especialmente preparados que acompanhem o processo educativo nesse momento crítico.

#### 7 - PROPOSTAS DE EDUCAÇÃO SISTEMÁTICA

Conforme o que nos pedem os povos indígenas, consideramos que alguma forma de escolarização e alfabetização faz parte da educação indígena atual.

Para que esta educação não perca o seu caráter indígena, as escolas têm que ser indigenizadas; que não sejam algo separado da vida do povo e que todo o seu planejamento e execução sejam feitos com a comunidade.

Os professores sejam índios preferivelmente do próprio povo. Exista uma coordenação entre eles e sejam acompanhados, a fim de que assumam a causa de seu próprio povo.

Onde essas escolas não existem, não se deve forçar a implantação de métodos de educação sistemática, diferentes dos métodos indígenas.

Neste momento é oportuno fazer um levantamento a nível nacional, a partir dos Regionais, do material didático-pedagógico já existente, trocar as experiências já feitas ou em vias de realização, avaliá-las e divulgá-las.

#### 8 - PROPOSTAS DE EDUCAÇÃO ASSISTEMÁTICA

Buscando fazer frente ao processo de desagregação e deseducação atuante sobre a grande maioria dos povos indígenas, apoiaremos encontros de formação, onde os índios possam aprofundar temas de seu interesse.

A realização das Assembléias Indígenas Regionais e Nacionais a nível de comunidade, mostra-se como um método sumamente educativo. Estas devem ser preparadas anteriormente, visando à maior participação de todos.

Igualmente devem-se apoiar as visitas intergrupais, especialmente promovendo a solidariedade entre os grupos, que se concretizam em lutas comuns (demarcação, reivindicações de direitos, etc.)

A reflexão sobre as interferências no campo da educação das comunidades indígenas, seja feita constantemente junto com as próprias comunidades, abrindo espaço para a crítica às nossas práticas educativas e para o surgimento de novas propostas.

Entre os grupos ainda não têm mecanismos de defesa neste processo de desgregação, sejam criados instrumentos pedagógicos de defesa e de auxílio perante tais interferências.

Os recursos audio-visuais e outros meios inforamtivos se mostram já instrumentos eficazes de educação sobretudo na comunicação de experiências e problemas comuns aos povos indígenas.

## 9 - AUTODETERMINAÇÃO

9.1 Analisamos a realidade indígena em nosso país e vimos a agressão cada vez mais forte que sofrem as comunidades e como pela força de Deus, avançam reconquistando espaços para viverem sua vida própria e o seu destino de povos e nações.

O direito fundamental dos Índios de se autodeterminarem continua negado a cada dia mais desrespeitado.

Entendemos que todos os esforços do governo para impedir a livre organização e autodeterminação dos povos indígenas se deva ao fato de que as sociedades indígenas se constituem um forte desafio ao sistema dominante. Mesmo na sua pequnez estas comunidades revelam que é possível outro modo de organizar os homens e esta alternativa faz medo aos poderosos.

Como nas Assembléias anteriores, o CIMI se junta às comunidades indígenas nesta luta legítima e evangélica pela sua auto-determinação.

Esta Assembléia decidiu comprometer todas as nossas forças de apoio e assesoria às iniciativas dos Índios neste sentido.

### 9.2 A Terra

A primeira condição para as comunidades indígenas reconquistarem sua auto-determinação é a posse da terra, necessária ao seu sustento e sagrada para o seu modo de viver.

Constatamos que todos os atos de repressão e violência contra as comunidades indígenas estão intrinsecamente ligados à agressão feita às suas terras.

Por isso reafirmamos todas as nossas denúncias sobre o contumaz adiamento na demarcação da maior parte das áreas indígenas e particularmente, do Parque Yanomami em Roraima e das reservas dos Krikati, no Maranhão, dos Gorotire, no Pará, dos Kadiwêu no Mato Grosso do Sul, dos Potiguara na Paraíba e dos Aripuanã na Amazônia.

Unimo-nos às comunidades que desenganadas das promessas oficiais partem para lutar por si mesmas para reconquistar e demarcar a terra que sempre lhes pertenceu.

## 10 - POLÍTICA INDIGENISTA

A ação indigenista do governo faz parte de uma Política mais ampla. Reflete as leis e exigências do capitalismo internacional. De fato estas comunidades indígenas apesar da sua fragilidade se constituem como modelos antagônicos ao capitalismo e acenam para possíveis alternativas de uma sociedade igualitária e justa.



A crise atual do sistema capitalista leva o governo a aplicar medidas econômicas severas e de altos custos sociais. Estes custos devem ser pagos pelos setores populares, muito mais do que pelas classes abastadas. E as comunidades indígenas sofrem mais ainda a espoliação de suas terras cobijadas para entrarem nas medidas econômicas do capitalismo.

Esta política oficial, por causa do debate popular e da proximidade das eleições, realiza projetos sociais e econômicos. Apresenta-os com muita publicidade e aparentemente visam atender algumas necessidades urgentes como assistência técnica, moradia, saúde e educação. Na prática, revelam-se deficientes e contraditórios. Para as populações indígenas estão sendo destruidores.

Nossa Assembléia propõe que sejamos atentos em analisá-los, um a um, sempre que surgirem, levando em conta seus possíveis elementos positivos, mas antevendo suas motivações e consequências políticas. O próprio trabalho missionário exige de nós que façamos esta análise permanente da conjuntura local, nacional e inter-nacional.

- 11- Constatamos com alegria um avanço na organização, da prática e da tomada de consciência dos setores populares, entre os quais se situam as comunidades indígenas.

Unimo-nos a todas estas lutas e, desde que respeitadas as características próprias da caminhada dos povos indígenas, salientamos o valor e a importância da união e solidariedade de todos os oprimidos (índios, lavradores, operários e todos os setores e categorias dos explorados).

É indispensável superar, quanto antes tudo o que os separa e muitas vezes os leva ao conflito. A divisão somente os enfraquece e os torna vulneráveis à agressão dos poderosos, servindo aos interesses do sistema capitalista em crise.

- 12- Finalmente lembramos a palavra de um chefe indígena em nossa Assembléia:  
 "Agora estou resolvido a fazer como Jesus Cristo e morrer pelo meu povo".  
 Convictos de que nesta entrega da vida está a força da ressurreição e da vitória, pedimos ao Pai que firme em todos nós a mesma decisão.